

Argentina manda ao Rio Diretor do Banco Central

Radiofoto Reuter

MONICA YANAKIEW
Correspondente

BUENOS AIRES — Por considerar a moratória da dívida externa de US\$ 54 bilhões “um assunto extremamente delicado”, o Porta-Voz da Presidência da República da Argentina, José Ignacio López, adotou uma atitude curiosa: convocou uma entrevista coletiva para esclarecer as informações publicadas no GLOBO, mas recusou-se a confirmá-las ou a desmentí-las, deixando a impressão de que realmente existe algo no ar.

— O Secretário da Fazenda, Mario Brodersohn, foi enviado ao Brasil pelo Presidente Alfonsín para tratar da dívida externa.

Os argentinos sequer sabiam que Brodersohn estivera no Brasil anteontem, no mesmo dia em que a poderosa Central Geral dos Trabalhadores (CGT), apoiada por partidos da oposição, realizava a nona greve geral em quatro anos de democracia, pedindo justamente uma mudança na equipe e na política econômica do Governo e moratória da dívida.

“Mas falou-se em moratória na reunião de Brodersohn com o Presidente Sarney e o Ministro Bresser Pereira”, insistiu um jornalista, e o Porta-Voz respondeu:

— Se falou em dívida. Não vou me deixar envolver na armadilha de vocês e confirmar a moratória ou descartá-la. Esse assunto é delicado.

Um assessor do Ministério da Economia esclareceu que, diante de um anúncio antecipado de moratória, na Argentina, a primeira medida tomada pelos empresários e a classe média é enviar seus dólares ao exterior, provocando uma evasão de capitais.

Além das respostas evasivas do Porta-Voz, contribuíram para aumentar os rumores de moratória dois novos fatos: o Presidente do Banco Central, José Luiz Machinea, viajou inexplicavelmente para Nova York e, ontem mesmo, um de seus principais assessores, Alfredo O'Connell, foi para o Rio de Janeiro.

No Rio, O'Connell — um dos sete Diretores do Banco Central — participará de uma reunião do Grupo dos

Três (Argentina, México e Brasil), para tratar justamente da dívida externa. De lá, ele segue para Brasília e depois Nova York.

Apesar do silêncio dos funcionários do Ministério da Economia e do Banco Central, políticos da União Cívica Radical (UCR), partido de Alfonsín, disseram ao GLOBO que o Governo estuda a revisão de sua política econômica. Até agora, o Ministério da Economia tem preferido negociar com os credores, através do FMI.

Com pouquíssimas reservas internacionais (entre US\$ 600 e US\$ 800 milhões de dólares, ou um mês de importações) e com um superávit na de apenas US\$ 1 bilhão este ano (os argentinos esperavam US\$ 2,4 bilhões), o País ficará sem condições de pagar os juros da dívida, no final de 1987.

A equipe econômica optou por um pacote de medidas fiscais (aumento de impostos e tarifas públicas) para baixar o déficit e obter o aval do FMI para novos empréstimos, que por sua vez serviriam apenas para permitir o Pagamento dos juros da dívida (US\$ 4,5 bilhões anuais). Mas o pacote foi impopular e os próprios políticos do partido governista querem uma mudança. O argumento predileto deles agora é: com moratória o Brasil aumentou seu superávit comercial e conseguiu 1,4 bilhão de lucro. Está melhor do que a Argentina, que fez tudo certinho e optou por negociar com o FMI.

Com eleições presidenciais em 1989 e um Partido Justicialista (peronista) vitorioso nas eleições de 6 de setembro, a UCR não quer correr mais riscos. Os políticos lembram que a principal causa da derrota do Governo no último pleito foi a crise econômica.

— Podemos dizer que a Argentina vai endurecer sua posição com os credores, na medida em que o tempo passa e não nos oferecem melhores condições de pagamento — admitiu o Porta-Voz, ao lembrar que, a 27 de novembro, começa em Acapulco, no México, a reunião dos Presidentes do Grupo dos Oito (que inclui o Grupo dos Três).



Arturo O'Connell, Diretor do BC da Argentina, discutirá a dívida no Rio